

‘Mostrando Nossa Cara de Índio’: Autonomia Indígena e Instrumentalização da Cultura

Yoko Nitahara Souza
UnB, DF, Brasil

O movimento indígena brasileiro, tal como se apresenta frente à sociedade civil na atualidade, pode ser visto como engajado em um dinâmico processo de reconfiguração das relações entre os povos indígenas, o Estado e a sociedade nacional. Esta reconfiguração pode ser observada no estabelecimento de formas de interlocução entre as organizações indígenas e as instâncias do Governo Federal.

Ramos (1997:05) aponta que “o movimento indígena brasileiro não é uma mera reação às condições e estímulos externos, mas vem surpreendendo o pensamento ocidental com lições criativas”. Após as primeiras iniciativas nos anos 1970, enfrentando oposição do regime militar e da FUNAI, nos anos 1980 a formação de organizações pan-indígenas (UNIND e UNI) foi importante para a participação dos índios no processo constituinte. Nos anos 1990, a representação indígena foi dispersa em múltiplas e pequenas associações criadas em função de projetos desenvolvidos por ONGs. A situação transformou-se ao longo dos anos, porém não mudou o fato de as decisões políticas ligadas à questão indígena serem tomadas até então pelos não-índios. Após o ano 2000, ocorre uma dramática mudança na correlação de forças entre os índios e entidades de apoio à causa indígena. Surgem organizações indígenas com raio de ação estritamente local, articuladas regional e nacionalmente. (Ramos 1997: 02-05)

A proliferação de organizações e associações indígenas articuladas em coordenações representativas mais amplas atesta o vigor renovado da iniciativa indígena. A atuação indígena segue, ao mesmo tempo, negociando e pressionando o Estado visando a conquista de uma forma de autonomia indígena. Esta pode ser comparada ao que Bonfil Batalla (1987:240) descreve como a necessidade de os povos indígenas exercerem o poder de decidir sobre todas as instâncias de suas próprias vidas, como sustentabilidade, educação, saúde, sistema jurídico, etc., chamada por ele de tomada do controle cultural¹. Este processo de autonomia cultural é claramente visível nas

¹ Ainda que no Brasil a ideologia de indianidade se apresente de forma diferente daquela preconizada pelo autor para o México. Tal diferença é baseada em elementos como a representatividade populacional e a

formas de atuação política implementadas pelo movimento indígena, que instrumentaliza “cultura” e “identidade” como poderosas ferramentas a legitimar suas reivindicações.

O resultado desta instrumentalização performática da cultura faz-se visível na criação de uma nova linguagem política nas relações com o Estado e a Sociedade Civil: uma linguagem de direitos. Pretendo neste trabalho² descrever algumas características que me parecem distintivas da especificidade desta prática política, contextualizando-as no interior destas novas relações dos povos indígenas com a sociedade englobante. Pretendo mostrar que é esta “performance da cultura” que cria o campo de interlocução com o Estado e a sociedade civil.

O movimento indígena apresenta na atualidade um grande potencial de atuação política, por pelo menos duas razões. Uma é que sua história recente o mostra como uma força organizada que questiona a pretendida homogeneidade social e cultural do país ao impor uma reflexão sobre a alteridade. Outra é que o movimento indígena pode contrapor formas de viver distintas - uma das bases do sentimento de autodeterminação³ – promovendo uma autonomia concreta enquanto forma de viver diferenciada no interior da sociedade brasileira. É um movimento por uma cidadania baseada em direitos diferenciados.

A repercussão pública – especialmente internacional - que o movimento indígena obtém, enquanto voz de um conjunto de grupos minoritários demográfica e politicamente, resulta em considerável poder de pressão sobre o Estado e a Sociedade Civil. O movimento indígena tem conseguido com isso estabelecer a capacidade de os povos indígenas fazerem valer sua voz no contexto de políticas públicas. As lideranças indígenas envolvidas neste processo assumem o

sobreposição das identidades camponesas e indígenas que marcam a questão tanto no México como na região andina. Nestas regiões o tema autonomia indígena tem sido mais discutido que no Brasil, onde estudos sobre o tema ainda engatinham.

² Este trabalho é baseado em pesquisa de campo, realizada de 2002 a 2006 com organizações indígenas em Brasília (COIAB, APOINME, COICA) e na TI Kraholândia (KAPEY); com organizações populares com participação indígena (Movimento dos Atingidos por Barragens); e com organizações indigenistas (CIMI, CIR), outras organizações não governamentais relacionadas (INESC) e Instituições Públicas (MPF, FUNAI). Foram acompanhados os seguintes eventos: Conferência Nacional dos Povos Indígenas (organização FUNAI Brasília, março 2006) Mobilização Nacional Terra Livre (organização CIR, COIAB, APOINME, Brasília, abril 2004); Seminário O Estado Brasileiro e Políticas da Diferença (organização: ABA e ESMPF, Brasília, maio 2004); Seminário Aprimoramento da Política Ambiental da ELETRONORTE (Brasília junho 2004); VI Feira de Sementes Krahô (TI Kraholândia, Tocantins, setembro de 2004); Seminário Respeito aos Direitos dos Povos Indígenas (organização: CIMI, APOINME, MPF, Brasília, março 2003); V Encontro Nacional do Ministério Público 6ª CCR (Brasília, 2002) II Encontro Nacional dos Antropólogos Atuantes no Ministério Público 6ª CCR (Brasília, 2002), Seminário Internacional Dinamismo Econômico e Conservação Ambiental: Um Desafio para Belo Monte e para Todos Nós (organização: CDS, FINATEC, Brasília, novembro de 2002) Seminário Internacional Índios e Parlamentos (organização INESC, Brasília, novembro 2002).

³ Autodeterminação “... implica em construir uma identidade coletiva, sem renunciar às múltiplas autonomias comunitárias, buscando restituição ou construção de âmbitos próprios para reprodução cultural e autonomia política. O objetivo de projetos de autodeterminação indígena, tal como delineados na América Latina e em outras regiões do planeta, é a interação com a civilização hegemônica em um processo de transformação qualitativa das comunidade etnoculturais, gerando uma consciência conjunta da diversidade e assumindo um projeto para o futuro que toma a consciência de si através da ação política compartilhada” (Bartolomé 2003: 24-28)

papel de protagonistas, implementando uma nova ética de convívio e diálogo interétnico (de Oliveira 2002:112; de Oliveira, Santilli & Oliveira Neves 2001: 83).

A pretensão de fundar a nacionalidade brasileira em um suposto projeto de homogeneidade futura foi fortemente contestada por povos indígenas e outros grupos sociais durante o processo constituinte dos anos 80. Foram então estabelecidos novos marcos jurídico-políticos para a definição da nacionalidade brasileira e dos grupos sociais que a conformam. Processo este que foi acompanhado de perto pelos povos indígenas. Assim, estes garantiram direitos fundamentais e desde então continuam a pressionar o Estado para que as garantias da Constituição Federal de 1988 sejam cumpridas, mudando o panorama dos movimentos sociais brasileiros contemporâneos.

A atribuição conferida ao Ministério Público Federal pela Constituição de 1988 – defender os direitos e interesses das minorias étnicas no Brasil - deu respaldo à regularização fundiária e à criação de organizações indígenas legalmente constituídas. De 1988 a 2000, houve uma mobilização do movimento indígena para que a agência indigenista aplicasse a constituição, pelo menos no que diz respeito à regularização fundiária, no que contou com a colaboração do Ministério Público. A maior parte das demarcações de Terras Indígenas foi realizada neste período. Concomitantemente, proliferou o número de organizações indígenas registradas em cartório. Esse “boom” de organizações indígenas foi fundamental para a garantia do protagonismo indígena neste processo⁴.

A partir de 2001 o processo é de contenção da demanda indígena. A responsabilidade pelo atendimento nas áreas de saúde e educação é transferida para os estados e municípios ou a ONGs⁵. Organiza-se a reação conservadora que defende interesses econômicos regionais em franco conflito com os interesses indígenas. Este retrocesso nas questões indígenas forçou a necessidade de uma reflexão e avaliação interna por parte do movimento indígena, com a finalidade de mobilizar e articular alianças para ser ouvido pelos órgãos responsáveis pela execução das políticas fundiárias, de educação, saúde, sustentabilidade, meio ambiente, etc., direcionadas aos povos indígenas.

⁴ Albert (2000: 201). O autor mostra o crescimento acelerado do número de organizações indígenas, com levantamento estatístico para o período em questão.

⁵ Estas responsabilidades se encontram em larga medida indefinidas, havendo casos onde as próprias associações indígenas assumiram a prestação de serviços de saúde e educação, o que não foi necessariamente um avanço positivo, pois a falta de experiência em lidar com verbas públicas acabou por desarticular muitas organizações indígenas.

Esta postura atual de rearticulação e busca de interlocução⁶ com o Governo culminou no lançamento do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas⁷ ocorrido em junho de 2004. Articulado a este Fórum, a mobilização nacional Terra Livre, realizada de 2004 a 2006 sempre em abril, trouxe aproximadamente 700 representantes indígenas de todo o país a Brasília, resultando em um manifesto com reivindicações e propostas ao governo⁸. Este Fórum coloca ainda a proposta de criação de um Conselho Nacional de Políticas Indigenistas - órgão deliberativo e consultivo, ligado à Casa Civil da Presidência da República com efetiva participação indígena - que centralizaria a discussão e deliberação de diretrizes a serem implementadas por outras agências públicas envolvidas, direta ou indiretamente, com a problemática. Para discutir a criação deste Conselho Nacional foi criada a Comissão Nacional de Política indigenista⁹, com representantes do governo e de organizações indígenas. Porém a representatividade deste conselho é contestada pelos indígenas que disputam com a FUNAI o protagonismo político. Conforme Chico Apurinã, articulador da Coiab¹⁰,

Nós até apresentamos a proposta de criação do Conselho Nacional de Políticas indigenistas. Porque hoje a gente é sabedor disso, que tem ação em torno 16 ministérios, ação relacionada aos povos indígenas. E essas ações, não existe uma articulação, não existe uma coordenação. A idéia que nós tivemos através do Fórum, nesses dois anos, a criação do Conselho pra fazer, dar essas coordenadas, só que não foi possível a criação do Conselho, foi criada a Comissão de Política indigenista. Mas a comissão tem o papel de discutir o anteprojeto pra criação do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas, que dá essas coordenadas nessas ações que tá hoje desfacelada, né, várias ações, mas essas ações não chegam na comunidade. Então essa comissão foi criada pra essa atividade, e que não foi implantada até agora porque a FUNAI, ao realizar a conferência aqui em Brasília, né, já começou a indicar representante através da conferência, e a gente indicou um número de representante, a APOINME indicou um número de representante agora tem gente demais do que deveria, mas o problema não é nosso, o problema foi do próprio governo, né, através de uma conferência estar indicando as pessoas pra fazer parte dessa comissão.

Esta falta de entendimento entre a Funai e o movimento indígena com relação à criação do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas também foi alvo de considerações de Marco

⁶ A reivindicação por interlocução e a inserção das demandas indígenas na pauta política nacional é um fato consolidado há algum tempo na realidade da América Hispânica, onde os movimentos indígenas estão mais organizados. Para uma comparação com as demandas das organizações indígenas de interlocução com o Estado no Peru e Equador, ver, respectivamente Quijano 2004; Pacari 2004.

⁷ O Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas foi previamente formulado em abril de 2004, na mobilização a favor da homologação da Terra indígena Raposa Serra do Sol em área contínua.

⁸ Esta mobilização culminou na Assembléia Anual de uma nova organização chamada APIB – Articulação dos Povos Indígenas Brasileiros, que foi concebida como uma entidade congregando representantes de organizações indígenas de todo o Brasil. Pretende-se que o abril indígena se cristalize enquanto Assembléia Anual da APIB, já tendo sido realizada três edições – 2004, 2005, 2006 – consolidando uma aliança nacional entre dezenas de povos indígenas.

⁹ Criada por Decreto lei em 23 de março de 2006, vinculado ao Ministério da Justiça. (Carta da Mobilização Nacional Terra Livre, 4 a 6 de abril de 2006)

¹⁰ Entrevista realizada em 23 de setembro de 2006, na representação da COIAB, Brasília-DF.

Xucuru, cacique do povo Xucuru de Pernambuco, que em 2005 antecipou a atual situação,¹¹ revelando o forte caráter de protagonismo político do movimento indígena:

Provavelmente esse conselho só vai se concretizar em 2006. Está havendo essas conferências promovidas pela FUNAI que quer desmobilizar a articulação do movimento indígena, estão fazendo as coisas paralela, tentando desmobilizar, fazendo conferências regionais em todo o país. Uma das propostas do movimento indígena, falar não, a FUNAI tem que fazer essas conferências, mas tem que ter o direcionamento do movimento indígena, a FUNAI tem que respeitar o movimento indígena. Mas a FUNAI tá fazendo as conferências sem passar pelo crivo das organizações indígenas. A FUNAI só procura fazer as conferências com alguns índios que são aliados do governo, que são manipulados (...). E aí pega essas pessoas pra fazer essas conferências, alguns Estados estão resistindo a fazer essas conferências. A COIAB falou que a FUNAI tá procurando pra fazer a conferência lá, mas eles estão resistindo porque a proposta do movimento indígena que foi entregue ao Márcio Thomás Bastos [Ministro da Justiça], que saiu da carta do acampamento Terra Livre foi que essas conferências tinham que ter a participação e elaboração destas discussões pelo movimento indígena, pela APOINME, pela COIAB (...). [E]ntendemos que a criação deste Conselho, com status ligado diretamente à Presidência da República, então com isso com certeza vamos estar inseridos neste contexto porque vamos ter lideranças inseridas neste conselho, pessoas sérias, que com certeza vão ser apresentadas pelas organizações indígenas, tem legitimidade. A questão ampla mesmo, vai discutir terra, educação, saúde, subsistência, vai discutir essa questão dos grandes projetos do governo em áreas indígenas, o meio ambiente. Então são esses os pontos principais de discussão hoje do movimento indígena.

Destaca-se neste contexto, além do forte protagonismo político, o fato de o movimento indígena ter conseguido estabelecer uma interlocução com as altas instâncias governamentais, pois aplica poder de pressão sobre estas. Uma das características mais marcantes deste esforço dialógico é a instrumentalização da cultura e identidade indígenas de forma a criar um campo de interlocução com o Estado e sociedade civil. T. Turner (1991), ao descrever a transformação histórica da cultura Kaiapó, chama a atenção para a explícita intenção deste grupo indígena em utilizar a preservação e a reprodução cultural, bem como a representação midiática dos eventos de protesto e rituais “tradicionais”, como ação política de resistência:

Fazendo de sua cultura uma questão política e disseminando conscientemente sua imagem cultural em demonstrações públicas na mídia como aspecto central de sua luta política, os Kaiapó não somente transformaram o sentido e conteúdo de sua cultura em si, mas também o significado político de documentar e divulgar sobre esta ação para um público não Kaiapó(...) A situação de contato interétnico com a sociedade ocidental pode estimular o desenvolvimento da auto-conscientização cultural. As formas sociais tradicionais e os padrões culturais podem ser efetivos recursos para o empoderamento e resistência. (Turner 1989:304-305)

¹¹ Entrevista realizada em 19 de agosto de 2005, durante curso de treinamento de lideranças para gestão de território organizado pelo INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, em Brasília-DF.



Manifestação Kaiapó

Da mesma forma que no caso dos Kaiapó, no caso da política indígena como um todo as manifestações dessa instrumentalização apresentam-se performaticamente, como fica aparente em outro exemplo, no acampamento Terra Livre. Foram realizados três acampamentos, em 2004, 2005 e 2006, na esplanada dos Ministérios em Brasília. O primeiro deles tinha o objetivo explícito e direcionado de pressionar pela assinatura da homologação da TI Raposa Serra do Sol em área contínua. Este acampamento contou com apoio do CIR (Conselho Indígena de Roraima). Houve manifestações com passeatas, audiências na Presidência da República e no Supremo Tribunal Federal, palestras na UnB e à noite os indígenas cantaram e dançaram, músicas em suas línguas nativas e uma música composta especialmente para a homologação da TI. Tive a oportunidade de acompanhar alguns destes eventos. Em todos estes acontecimentos os participantes indígenas se mantiveram vestidos e pintados a caráter, com lanças, flechas e arcos em punho, em especial na presença dos meios de comunicação, coisa que assumidamente não faziam no seu cotidiano.



Manifestações em Brasília durante o Acampamento Terra Livre

De forma similar, a “Marcha dos 500 anos”, nas comemorações de 500 anos de descobrimento do Brasil em Porto Seguro, em 2000, teve grande visibilidade. Em especial quando a polícia reprimiu as manifestações dos excluídos, índios entre eles. (Repetto 2000: 23; Vasquez 2000: 35). Esta visibilidade foi favorecida pela encenação de práticas culturais como pintura corporal, cantos e danças de guerra, especialmente para a mídia e o público não indígena. O

movimento indígena obteve neste episódio um aumento considerável do poder de pressão exercido sobre a sociedade civil e o estado.



Acontecimentos drásticos durante a marcha dos 500 anos.

Em entrevista com Luis Vieira Titiáh Pataxó-Hãhãhãe, coordenador da APOINME¹² (Associação de Apoio às Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo), a importância das ‘performances culturais’ inseridas no contexto das mobilizações de protesto como fundamentais para a efetividade da ação política fica evidente:

O acampamento Terra livre, em abril de 2005, tinha o objetivo de fortalecer o próprio movimento. Escrevemos uma carta final do evento com encaminhamentos e passamos pro governo, pra os responsáveis pela causa indígena. Até agora não tivemos resposta nenhuma, estamos querendo fazer mais mobilizações (...). O primeiro passo que demos depois que tinha a CAPOIB, de fortalecimento do movimento foi criar este acampamento em frente ao Congresso, onde a gente faz as conferências, os seminários e onde se tira propostas pra entregar pro governo, pro governo tomar suas medidas. A gente faz lá pra imprensa, pra todo mundo ver a gente, né. Porque quando a gente bota colar e pinta a cara, aí todo mundo vê que a gente existe, é índio mesmo (...). Em 2004 fizemos esse acampamento, foi a primeira experiência. Depois do acampamento fizemos uma avaliação (...) que o ponto principal pra hoje começar a cobrar nossos direitos, exigir do governo, era começar a fazer esses acampamentos que as lideranças vêm (...). Por exemplo, você vê, os 500 anos, a política que teve nos 500 anos. Nós enfrentamos bomba, enfrentamos o governo FHC (...). A gente esperava dar o recado pro mundo inteiro mostrando nossa cara de índio mesmo, e quando a gente começou a nossa caminhada, foi onde a gente foi recebido daquela forma, soltaram bomba, teve companheiro nosso que foi atingido (...). Por outro lado fortaleceu o movimento. Porque o que a gente dizia do governo naquela época ficou bem claro pro mundo inteiro, onde tava toda a mídia nacional e internacional tava ali naquele momento e viu. O povo enxergou a realidade que a gente tava fazendo a mobilização no movimento, ficou dito ali naquele momento. E isso porque a nossa cultura indígena tem força, porque a gente foi lá e mostrou que é índio pra todo mundo ver e índio tem direitos.

¹² Realizada em Brasília, dia 19 de agosto de 2005, durante curso de treinamento de lideranças para gestão de território organizado pelo INESC – Instituto de Estudos Sócio-Econômicos, em Brasília-DF.

O termo “índio hiper-real” pode ser utilizado com propriedade para se referir à situação descrita acima: a criação de um simulacro de si mesmos pelos próprios povos indígenas¹³. Aqui, porém, a auto-manipulação da representação de si mesmo é uma estratégia para a reafirmação de sua autonomia cultural. A representação romântica do índio, baseada fortemente no seu caráter supostamente exótico, é operante na sociedade brasileira. Conforme coloca Ramos (1992: 10), o índio hiper-real é como um clone feito à imagem do que os brancos gostariam que ele fosse. Talvez daí a eficácia da ‘performance cultural’ do movimento indígena.

Um outro campo no qual a instrumentalização de práticas culturais adquire grande efetividade política é o da discussão sobre a gestão dos conhecimentos tradicionais, em especial em contextos nos quais a ciência ocidental busca se apropriar dos mesmos. Em tais contextos, “conhecimento tradicional” passa a ser um trunfo valioso para a articulação política e a interlocução com o Estado. Um dos exemplos mais expressivos da eficácia de tal instrumentalização do “conhecimento tradicional” é a feira de sementes da TI Kraholândia, organizada pela EMBRAPA e pela associação indígena *Kapey* desde 1998.

Estive na TI Kraholândia durante a realização de um grande evento, a VI feira de sementes, em 2004. Trata-se de um encontro onde todas as 17 aldeias Krahô e outros convidados de diversas etnias (inclusive quilombolas) se reúnem em uma semana de festa para trocar experiências e sementes tradicionais. A feira de sementes conta com o apoio da EMBRAPA, que desenvolve uma série de outros projetos ligados à agricultura e à conservação de espécies vegetais no seu banco de germoplasma¹⁴. O projeto executado pela EMBRAPA teve início em 1995 com a solicitação, por parte dos Krahô, de uma variação de uma semente de milho que a EMBRAPA mantinha em seu banco de germoplasma.

¹³ Poder-se-ia questionar se essa representação é realmente um simulacro do ponto de vista dos próprios índios – uma situação especialmente interessante para se refletir sobre esse ponto é o caso dos índios do Nordeste.

¹⁴ Para uma análise destes projetos e de suas consequências para a interlocução dos Krahô com o Estado, via EMBRAPA e outras instituições, ver Ávila 2004.



Representantes Kalunga na VI Feira de Semente Krahô

Os Krahô haviam deixado de cultivar as espécies de milho tradicionais (variedade pré-colombiana chamada por eles *pohumpéy*) e receberam da EMBRAPA sementes de uma variedade que fora coletada na década de 70 no território Xavante. Os Krahô se dedicaram ao cultivo deste milho, que foi denominado *pohumpéy* ou “milho bom”, criando-se uma atmosfera de resgate de uma tradição que se havia perdido. Este projeto foi executado pela EMBRAPA em parceria com a associação *Kapey* e recebeu o nome “Etnobiologia, Conservação de Recursos Genéticos e Bem Estar Alimentar em Comunidades Tradicionais.”



Exposição de produtos resultantes do projeto

A história do resgate das sementes foi contemplada com prêmios da FGV, da Fundação Ford, do BNDES e da ONG *Slow Food*, o que possibilitou o apoio a outros projetos na área Krahô. Por ter mobilizado esta recuperação do milho tradicional – na verdade por ter promovido uma apropriação criativa do milho Xavante como sendo “seu” milho tradicional - a associação

Kapey se fortaleceu e alcançou uma inserção diferenciada no cenário interétnico municipal, estadual e nacional, que proporcionou um “empoderamento” local por meio da performance de sua cultura “tradicional”. Esta instrumentalização pode ser vista nos vários eventos ocorridos durante a feira: demonstração pública da elaboração de um prato “tradicional” chamado *Paparuto*, corrida de toras, dança, canto, teatro, artesanato, etc., numa encenação direta às câmaras da mídia nacional e internacional, colocando-se como detentores de cultura – e de cultura valiosa em termos não-indígenas. Esta visibilidade lhes possibilitou a criação de um espaço de interlocução com o Estado.



Preparo do Paparuto



Representantes da ONG *Slow Food* em entrevista



Dança e canto

Uma conclusão que se impõe frente a este quadro é que a performance instrumentalizada da cultura cria o contexto para interlocução, sendo seus protagonistas os próprios indígenas. Vários autores, ao analisar a reconfiguração cultural de grupos sociais minoritários em face aos agentes da globalização, enfatizam a ação externa destes agentes da modernidade frente aos grupos portadores de “cultura”. Assim, Terranova (2000) afirma que a revalorização da “cultura” é parte de uma nova experiência de política econômica que consistiria na “criação de valor monetário a partir do conhecimento, da cultura e da afetividade das comunidades”, colocando os grupos sociais “tradicionais” como reagindo a uma demanda externa mais do que como protagonistas políticos; Yudice, por sua vez, visualiza esse retorno como parte de um processo pelo qual grupos sociais “tradicionais” logram, com a ajuda de agentes da modernidade, ver reconhecidas suas demandas de co-produção de identidades sociais, em um contexto em que “cultura” se transforma em recurso a partir de uma ação externa¹⁵.

Conforme Javier Lifschitz, sociólogo que trabalha com a noção de “neocomunidades”, para descrever o que chamamos aqui “comunidades tradicionais” em seu processo contemporâneo de interação com os agentes da modernidade, “...(n)esta nova economia da cultura, a utilidade também se desloca do interior, de seu uso endógeno, para o exterior: o palco e o evento. Supõem um público que vem assistir, apreciar e avaliar os eventos, o que implica em uma nova gestão do espaço comunitário para a construção real e imaginária dos palcos.” (Lifschitz 2004:13) Este autor analisa a performance de elementos da cultura enquanto resultado de uma demanda externa na qual o desempenho da “cultura” se transforma em “recurso” para uma economia simbólica cujo controle escaparia aos próprios grupos sociais envolvidos.

¹⁵ “O que a ONG ou a fundação internacional adiciona à sociedade beneficiária é uma motivação vinda de fora a lhe conferir legitimidade a um determinado projeto.” (Yudice 2004:116)

Com relação ao movimento indígena, porém, o que se constata etnograficamente é que os indígenas tem assumido um papel efetivo de protagonismo, justamente através da ‘performance cultural’. Do ponto de vista das representações dos agentes indígenas envolvidos, a ‘performance da cultura’ é responsável pela criação de contextos de interlocução sob controle dos próprios índios. Longe de consistir em ‘recurso’ de uma economia simbólica que lhes escapa ao controle, a ‘performance da cultura’ instrumentalizada pelo movimento indígena em sua agência política permite a implementação de estratégias complementares e mutuamente alimentadas de ação política de protesto e de busca de interlocução, que são a base das novas relações dos povos indígenas com o estado e a sociedade civil.



Getúlio – liderança Krahô em entrevista



Filmagens

Bibliografia:

ALBERT, Bruce: “Associações Indígenas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Brasileira” In Ricardo, C. A. (Ed.): Povos Indígenas do Brasil, 1996-2000. São Paulo. Instituto Socioambiental, pp. 197-207. 2000.

de ÁVILA, Thiago Antônio Machado: Não é do Jeito que Eles Quer, é do Jeito que Nós Quer: Os Krahô e a Biodiversidade. Brasília. Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS DAN/UnB. 2004.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto: “Los Nuevos Processos de Construcción Nacionalitaria”. In Revista de la Academia 8. Universidad Academia de Humanismo Cristiano. Santiago de Chile. LOM ediciones. 2003.

BONFIL BATALLA, Guillermo: México Profundo. Ciudad de México. SEP-CIESAS.1987.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro: Neocomunidades e Cultura Popular, In RAM VI Reunião de Antropologia do Mercosul, vol. 1, Uruguai. Montevideo. Departamento de Antropologia Social/FHCE/UDELAR, pp. 12-358. 2005.

LUCIC Milka Castro (org.) : Los Desafios de la Interculturalidad: Identidad, Política e Derechos. Santiago. Lom Ediciones.2004.

de OLIVEIRA, Adolfo: “Fragmentos da Etnografia de uma Rebelião do Objeto: Indigenismo e Antropologia em Tempos de Autonomia Indígena” In Anuário Antropológico/98:109-130. Brasília. Edições Tempo Brasileiro. 2002.

de OLIVEIRA, A., P. SANTILLI & L. OLIVEIRA NEVES: “Política Indígena no Brasil (1970-2000): Da Exclusão à Dialogia”, In *L`Ordinaire Latino-americain*, 184, Avril-Juin, IPEALT, Universidade de Toulouse, França, pp 75-86. 2001.

PACARI, Nina: El Auge de las Identidades como Resposta Política. In Lucic M. C. (org.): *Los Desafios de la Interculturalidad: Identidad, Política e Derechos*. Santiago. Lom Ediciones. pp. 35-51. 2004.

QUIJANO, Aníbal: O Movimento Indígena e as Questões Pendentes na América Latina, In *Política Externa* 12(4):77-95. 2004.

RAMOS, Alcida Rita: The Hyperreal Indian. *Série Antropologia*, Nº 135. Brasília. Departamento de Antropologia/UnB. 1992.

RAMOS, Alcida Rita: The Indigenous Movement in Brazil. A Quarter Century of Ups and Downs, In *Cultural Survival Quarterly*, Vol. 21, Issue 2, Summer.1997.

REPETTO, Maxim : “Conferência dos Povos e Organizações Indígenas/2000. Movimento 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular”, In *Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais*, ano IV, nº 1, Brasília, Katakumba Editores, pp 23-30. 2000.

RICARDO, Carlos Alberto (Ed.): *Povos Indígenas do Brasil, 1996-2000*. São Paulo. Instituto Socioambiental.2000.

STOCKING Jr., George W. (ed.): *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*. *History of Anthropology*, Vol. 7, Madison. U. of Wisconsin Press. 1991.

TERRANOVA, Tiziana: “Free Labor. Producing Culture for the Digital Economy”. Texto Social http://www.uoc.edu/in3/hermeneia/sala_de_lectura/t_terranova_free_labor.htm. 2000.

TURNER, Terence: “Representing, Resisting, Rethinking. Historical Transformations of Kayapo Culture and Anthropological Consciousness”, In Stocking Jr., G. (ed.): Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge. History of Anthropology, Vol. 7. Madison. U. of Wisconsin Press. pp. 285-313. 1991.

VÁSQUEZ, Ladislao L.: “Los Indígenas y Los 500 Años de Brasil”, In Pós – Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, ano IV, nº 1, Brasília, Katakumba Editores, pp 31-37. 2000.

YÚDICE, George: A Conveniência da Cultura. Belo Horizonte. Editora UFMG. 2004.

Documentos

Carta da Mobilização Nacional Terra Livre Abril Indígena. APIB, Brasília, 04 de abril de 2006.

Carta da Mobilização Nacional Terra Livre Abril Indígena. Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas – Secretaria Executiva, Brasília, 29 de abril de 2005.